

Agentes discutem com ministro inclusão do setor na MP do Bem

Representantes de associações e empresas terão encontro nesta segunda-feira, 1º de agosto, com Silas Rondeau, no Ri

Oldon Machado, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

29/07/2005

Os impactos positivos de uma possível inclusão do setor elétrico na Medida Provisória 252 - a MP do Bem - será o tema da primeira reunião entre associações setoriais e o novo ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau. O encontro vai acontecer na próxima segunda-feira, 1º de agosto, na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. A reunião terá a presença do presidente da **Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica**, **Claudio Sales**; do diretor de Comercialização da Tractebel, Miroel Wolowski; e de representantes da Abrace, Abrage, Abrate, Apine, Abiape, ABCE, Abraceel e APMPE.

Na avaliação das entidades, a inclusão do setor elétrico na MP do Bem irá ao encontro da modicidade tarifária, da desoneração da tarifa para consumidores residenciais e rurais, da correção da distribuição tributária e do incentivo a novos investimentos. Na oportunidade, os agentes também vão apresentar ao ministro a agenda comum das associações, com os problemas considerados mais relevantes para atração dos investimentos. Entre esses problemas estão a elevada carga tributária paga na conta de luz e o contingenciamento da verba destinada à Aneel.

Apesar do posicionamento dos agentes junto ao governo, a inclusão do setor elétrico na MP do Bem ainda está indefinida. O relator, deputado Custódio Mattos (PSDB-MG), já afirmou que pretende conceder os benefícios às empresas e aos consumidores de energia, mas a decisão só será fechada neste final de semana, após se reunir com membros do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Receita Federal. O encontro com a equipe econômica será o último antes de o parlamentar concluir o relatório e enviar a nova versão da MP para votação - o que ocorrerá na terça-feira, dia 2.

No final da tarde da última quinta-feira (28), um conjunto formado por onze entidades do setor elétrico, mais Fiesp e Abdib, enviaram carta ao ministro Silas Rondeau e à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, pedindo apoio para a inclusão do setor elétrico na MP do Bem. No documento foram listados os impactos da medida, como a modicidade tarifária para consumidores residenciais, rurais e do poder público, a partir do retorno da regra anterior de recolhimento do PIS/Cofins, com alíquota de 3,65% e regime cumulativo, ao invés da manutenção dos 9,25% não-cumulativos.